

## **ECOTURISMO E SUSTENTABILIDADE NO PARQUE NACIONAL DE UBAJARA: AVALIANDO A EFICÁCIA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.**

**ECOTOURISM AND SUSTAINABILITY IN UBAJARA NATIONAL PARK: ASSESSING THE EFFECTIVENESS OF CONSERVATION UNITS.**

Paulo Roberto Ferreira de Aguiar Junior  
pauloaguiar@pucgoias.edu.br

Juliana Ramalho Barros  
juliana@ufg.br

### **Resumo**

O texto aborda os debates em torno da eficácia das Unidades de Conservação (UCs) no Brasil, tanto como ferramentas de conservação ambiental quanto como promotoras de desenvolvimento econômico por meio do ecoturismo. O Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (2022) destaca o aumento do desmatamento dentro das UCs, afetando, principalmente, as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, cujo desmatamento alcançou 89% das áreas. Essa situação compromete gravemente o ecoturismo, que depende da conservação ambiental para cumprir seus princípios de educação ambiental, conservação de ecossistemas e valorização cultural. Autores renomados argumentam que o turismo tem um papel crucial na conservação ambiental e cultural, alinhando-se perfeitamente com os objetivos das UCs. A sinergia entre conservação e desenvolvimento sustentável reforça a necessidade de políticas integradas que promovam o turismo responsável nas UCs. Para avaliar a eficácia da consolidação dessas áreas, foi realizado um estudo de caso no Parque Nacional de Ubajara, no Piauí, utilizando levantamento bibliográfico, pesquisa de campo e análise da conformidade com a Lei n. 9.985/2000 e os princípios do ecoturismo. O estudo busca verificar se a gestão do parque está alinhada com os preceitos legais e as melhores práticas de sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Ecoturismo, Sustentabilidade, Unidades de Conservação da Natureza

### **Resumen**

El texto aborda nuestros debates para promover la eficiencia de las Unidades de Conservación (UC) en Brasil, como instrumentos de conservación ambiental y como promotores del desarrollo económico a través del ecoturismo. El Informe Anual de nuestro Brasil (2022) destaca el aumento de la deforestación al interior de las UC, afectando principalmente a las Unidades de Conservación de Uso Sostenible, cuya deforestación alcanzó el 89% de las áreas. Esta situación compromete seriamente al ecoturismo, que depende de la conservación ambiental para mantener sus principios de educación ambiental, conservación de ecosistemas y valoración cultural. Autores reconocidos por argumentar que el turismo juega un papel crucial en la conservación ambiental y cultural, lo cual es perfecto para los objetos de la UC. Una sinergia entre conservación y desarrollo respalda la necesidad de políticas integradas que promuevan el turismo responsable en las UC. Para asegurar la eficiencia en la consolidación de estas áreas, realizamos un estudio de caso del Parque Nacional Ubajara, en Piauí, utilizando un levantamiento bibliográfico, un croquis del campamento y un análisis del cumplimiento de la Ley n. 9.985/2000 y sus principios de ecoturismo. Al comprobar la gestión del parque, ésta está alineada con nuestros requisitos legales y mejores prácticas de sostenibilidad.

**Palabras clave:** Ecoturismo, Sostenibilidad, Unidades de Conservación de la Naturaleza

## **Introdução**

As Unidades de Conservação (UCs) no Brasil têm sido objeto de intensos debates quanto à sua eficácia como instrumentos de conservação ambiental e, simultaneamente, como promotoras de desenvolvimento econômico por meio do turismo, especialmente do ecoturismo. A crescente preocupação com a degradação ambiental, destacada no Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (RAD) (2022), intensificou essas discussões e impulsionou diversos estudos sobre o tema. O relatório revela um preocupante avanço do desmatamento dentro das UCs, com um impacto significativamente maior sobre as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, cujo desmatamento atingiu 89% das áreas, em contraste com as Unidades de Conservação de Proteção Integral, que sofreram 10,4% de perda de cobertura vegetal (RAD, 2022). Entre outras atividades afetas pelo avanço da degradação ambiental está o ecoturismo, uma atividade econômica que se baseia na utilização sustentável dos recursos naturais e enfrenta desafios cada vez mais graves. Seus princípios fundamentais – que incluem a educação ambiental, a conservação dos ecossistemas, a valorização cultural e a geração de renda para as comunidades locais – estão sendo seriamente comprometidos pelas ações antrópicas.

Autores como Beni (2001), Aranha e Guerra (2014), Seabra (2001), Wearing e Neil (2001), Pires (2002), Machado (2005), Swarbrooke (2000) e Rodrigues (2003), sublinham que o turismo vai além de sua contribuição econômica, desempenhando também um papel vital na conservação ambiental e cultural. Nesse sentido, as Unidades de Conservação (UCs) se alinham perfeitamente aos princípios do ecoturismo, pois tanto elas quanto o ecoturismo são instrumentos essenciais para a diversificação econômica, ao mesmo tempo em que se revelam meios eficazes para mitigar o avanço do desmatamento nos diversos biomas brasileiros. Essa sinergia entre conservação e desenvolvimento sustentável reforça a importância de políticas integradas que promovam o turismo responsável dentro das UCs, garantindo que esses espaços possam cumprir suas funções ecológicas e sociais de maneira sustentável.

Para verificar a eficácia do processo de consolidação das UCs, adotou-se a metodologia de estudo de caso, focalizando a complexidade inerente à atividade ecoturística no Parque Nacional de Ubajara, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral situada no estado do Piauí. A pesquisa combinou um levantamento bibliográfico com a coleta de dados primários, realizada por meio de trabalho de campo, registros fotográficos e consultas a fontes oficiais. O objetivo central foi avaliar se o Parque Nacional de Ubajara está em conformidade com os preceitos da Lei n. 9.985/2000, que regula o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e com os princípios do ecoturismo conforme definidos na literatura especializada.

## **Unidades de Conservação e Ecoturismo**

A ideia de proteger áreas naturais não é recente. Pureza *et al.* (2015) mencionam registros que remontam ao ano 252 a.C., na Índia, como os Parques de Caça para a realeza, datados de 648 a.C., na Ilha de Sumatra, entre outras áreas criadas com o propósito de preservar ambientes naturais ou sítios naturais. Em 1776, a mais antiga Reserva Florestal foi estabelecida em Trinidad e Tobago, no Caribe (Pureza *et al.*, 2015). Esses exemplos mostram que a proteção de áreas naturais fez parte do ordenamento territorial em cada período histórico, ainda que os motivos tenham variado, seja para proteger a fauna, de modo a garantir a caça esportiva, seja para atrair chuvas frequentes e, consequentemente, contribuir para a fertilidade das terras. O resultado, no entanto, sempre foi proteger essas áreas dos impactos causados pela intervenção antrópica.

Ao estabelecer a ideia de criar áreas com o propósito de proteger o meio natural de impactos antrópicos, um marco mais recente foi a fundação do Parque Nacional estadunidense de Yellowstone, em 1872, que posteriormente serviu de modelo para muitos outros países. Segundo Bensusan (2006), a premissa desse parque era ser exclusivamente para visitação, sem habitação permanente. No

entanto, a criação do Parque Nacional de Yellowstone reflete uma complexidade histórica, uma vez que, à medida que se buscava proteger a natureza, ocorriam conflitos com os povos indígenas locais, como os Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock, que já habitavam a região do parque (Diegues, 2008).

A dualidade subjacente à criação de áreas para conservação ambiental ressalta uma visão dicotômica que sugere a não integração do ser humano ao ambiente natural, impossibilitando uma coexistência harmoniosa entre ambos. Isso se deve ao fato de que os interesses, as necessidades e as demandas humanas muitas vezes entram em conflito com a natureza, sendo esta vista apenas como um recurso instrumental para a humanidade. Essa perspectiva reflete uma visão moral antropocêntrica, como ressaltado por Lourenço (2019).

No Brasil, as primeiras (Pureza *et al.*, 2015), tentativas de proteção de áreas e elementos naturais remontam ao período colonial. Entretanto, a concepção de Parques Nacionais, inspirada no Parque Nacional de Yellowstone, foi proposta por André Rebouças, um engenheiro brasileiro e abolicionista. Em 1911, Rebouças sugeriu a criação de dois Parques Nacionais no Brasil: um em Sete Quedas e outro na Ilha do Bananal. Apesar disso, tais propostas não foram concretizadas. No entanto, essa iniciativa de conservação despertou a necessidade de controlar os elementos naturais, dadas as transformações estruturais associadas à transição do Brasil de uma nação agrária para uma urbana. Nesse contexto, o Código Florestal de 1934 desempenhou um papel crucial ao possibilitar a ideia de Unidades de Conservação conforme conhecemos hoje (Medeiros *et al.*, 2006).

O reconhecimento da urgência da conservação ambiental culminou na criação de um instrumento jurídico fundamental para conter a degradação ambiental: a Lei n. 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Conservação (Snuc) (Quadro 1) (Bensusan, 2006; Castro Junior *et al.*, 2012). Esse marco é resultado de um extenso debate, que se estendeu por mais de duas décadas até sua implementação. No entanto, apesar desses avanços, persistiram desafios relacionados às comunidades que habitavam essas terras. Isso gerou acalorados debates sobre o modelo de Unidade de Conservação que estava sendo implementado (Diegues, 2008).

Quadro 1 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Snuc

		Objetivo básico	Categorias
Grupo I	Unidades de Proteção Integral	Tem a finalidade de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, e por isso as regras e normas são restritivas.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estação Ecológica</li><li>• Reserva Biológica</li><li>• Parque Nacional</li><li>• Refúgio de Vida Silvestre</li><li>• Monumento Natural</li></ul>
Grupo II	Unidades de Uso Sustentável	Tem como objetivo conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais	<ul style="list-style-type: none"><li>• Área de Proteção Ambiental</li><li>• Área de Relevante Interesse Ecológico</li><li>• Floresta Nacional</li><li>• Reserva Extrativista</li><li>• Reserva de Fauna</li><li>• Reserva de Desenvolvimento Sustentável</li><li>• Reserva Particular do Patrimônio Natural</li></ul>

Fonte: Pureza (2014).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é composto por duas categorias distintas: Uso Sustentável e Proteção Integral. A diferença fundamental entre essas categorias reside em sua utilização e manejo, com a restrição sendo o ponto crucial. As Unidades de Conservação de Uso Sustentável têm como objetivo principal conciliar a conservação da natureza com a utilização sustentável dos recursos (Bensusan, 2006). Por outro lado, as Unidades de Conservação de Proteção Integral permitem apenas o uso indireto dos recursos naturais, priorizando a preservação da natureza (Bensusan, 2006, p. 56).

O ecoturismo é considerado uma forma de uso indireto das Unidades de Conservação de Proteção Integral, uma vez que se alinha aos objetivos de conservação dessas áreas, assim como das de Uso Sustentável.

O turismo é uma atividade socioeconômica que começou a ter, a partir da Revolução Industrial, um impacto significativo nas transformações espaciais, bem como efeitos positivos em muitos países. De acordo com as Nações Unidas Brasil, as receitas do turismo internacional atingiram US\$ 1,4 trilhão em 2023, sendo que o turismo internacional injetou R\$34,5 bilhões na economia brasileira em 2023, de acordo com a Embratur. Assim, o turismo se torna importante economicamente para muitos países. No entanto, o turismo guiado pelo pensamento capitalista neoliberal, que busca transformar espaços de acordo com as ambições dos operadores do setor turístico (Martínez, 2021), começa a ter impactos negativos em outros segmentos da sociedade. Isso inclui o ambiente natural ao qual um segmento do turismo, o ecoturismo, está associado: Turismo Sustentável, como descrito por Swarbrooke (2000) e Krippendorf (2001), é um segmento que procura a utilização sustentável dos elementos naturais, sem que haja degradação ambiental, tampouco interferência na forma de vida da população local.

Rodrigues (2003, p. 31) apresenta o Ecoturismo como

[...] uma atividade econômica, de baixo impacto ambiental, que se orienta para áreas de significativo valor natural e cultural, e que através das atividades recreacionais e educacionais contribui para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, resultando em benefícios para as comunidades receptoras.

Em *Ecoturismo, orientações básicas* (2010, p. 17), entende-se que o ecoturismo “[...] é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.”

A atividade ecoturística, quando bem planejada e executada, alinha-se perfeitamente com os objetivos das Unidades de Conservação, inclusive aquelas de Proteção Integral. Assim, as UCs apresentam-se como espaços ideais para o desenvolvimento do ecoturismo, contanto que essa prática seja conduzida com responsabilidade. É crucial evitar que o ecoturismo se transforme em uma forma de egoturismo, onde prevalecem os interesses pessoais em detrimento dos objetivos de conservação. Da mesma forma, é importante prevenir a evolução dessa atividade para o turismo de massa, uma preocupação destacada por Swarbrooke (2000).

Um desafio adicional, apontado por diversos estudiosos, como Rodrigues (2003), Krippendorf (2001) e Aguiar (2023), é o não cumprimento dos planos de manejo, quando existem, o que pode resultar na transformação do ecoturismo em turismo de massa dentro das Unidades de Conservação. Aguiar (2023) destaca que um exemplo é o Parque Estadual Terra Ronca (GO), uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, cujo plano de manejo emergencial, estabelecido pela Portaria 222/2012, para ordenamento da visitação, ainda não está sendo devidamente seguido.

Apesar de diversos desafios persistirem, como problemas relacionados à questão fundiária, deslocamento de populações tradicionais, ausência de planos de manejo em algumas Unidades de Conservação (UCs), escassez de infraestrutura e recursos humanos adequados, bem como práticas predatórias por parte de alguns praticantes de ecoturismo, esses impactos podem parecer pequenos diante dos desafios mais amplos enfrentados pelas UCs.

Além dos desafios já mencionados, um em particular merece urgente debate, pois compromete os objetivos das Unidades de Conservação (UCs) e suas potencialidades para o ecoturismo: trata-se do avanço desenfreado da monocultura, mineração, pecuária e expansão do setor imobiliário. O Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (RAD) de 2023 evidencia um preocupante avanço da degradação ambiental em direção às UCs, afetando negativamente todas as categorias de Unidades de Conservação em todos os biomas brasileiros. Esses impactos representam uma ameaça direta à

integridade e à capacidade das UCs de atingirem seus objetivos de salvaguardar o patrimônio ambiental, além de servirem como destinos ecoturísticos sustentáveis.

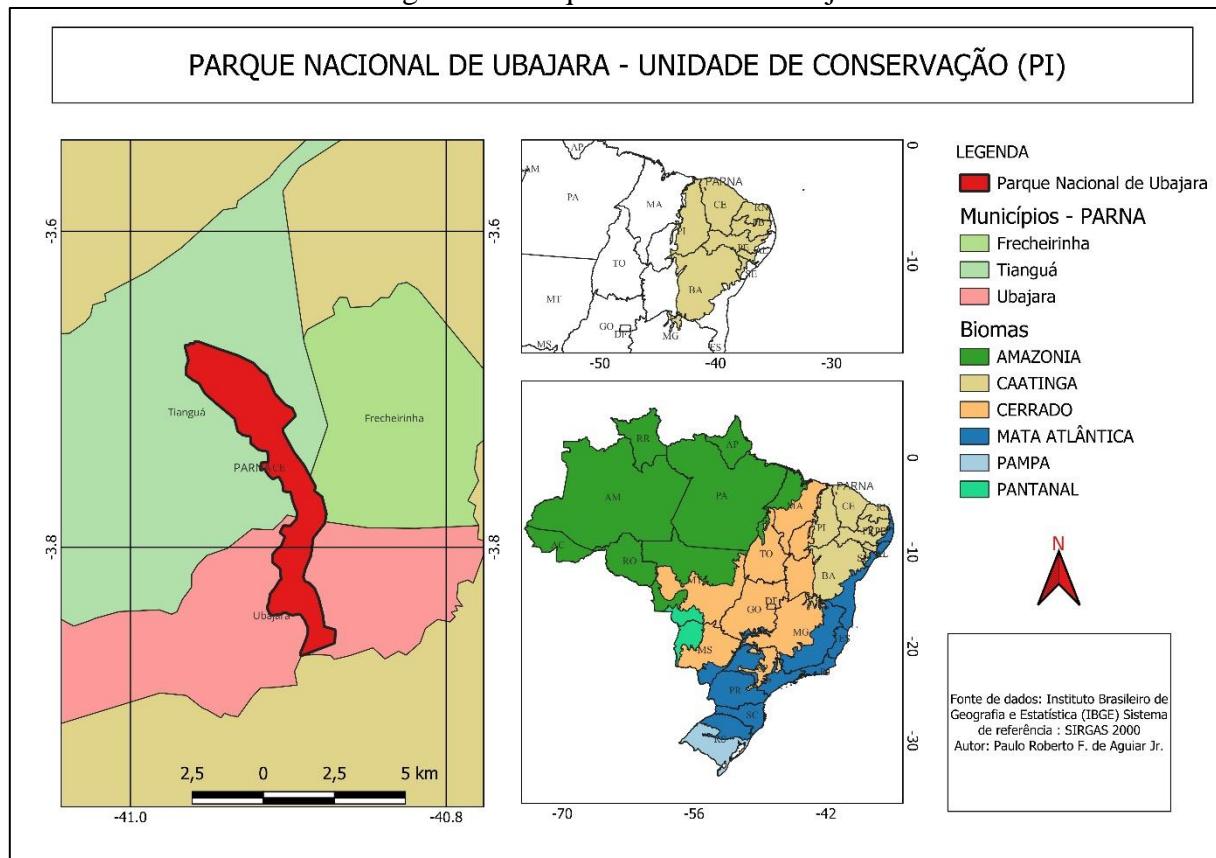
A exploração turística dessas áreas é impulsionada pelos valores gerados pelo produto turístico. Em 2018, as quase 12,4 milhões de visitas em Unidades de Conservação geraram um gasto estimado de cerca de R\$ 2,4 bilhões nos municípios que têm acesso a essas unidades. De acordo com dados do ICMBio (2020, citado por Souza e Simões, 2018), a contribuição total desses gastos para a economia nacional foi significativa, resultando em aproximadamente 90 mil empregos, R\$ 2,7 bilhões em renda, R\$ 3,8 bilhões em valor agregado ao PIB e R\$ 1,1 bilhão em impostos.

Apesar de ainda existirem áreas a serem aprimoradas, a utilização das Unidades de Conservação para fins turísticos é benéfica, pois não apenas gera renda à população local, mas também contribui para a conservação ambiental e cultural. Nesse sentido, é crucial que os agentes públicos municipais, estaduais e nacionais, priorizem o incentivo à proteção ambiental e cultural dessas áreas, reconhecendo sua importância não apenas como destinos turísticos, mas como pilares fundamentais da preservação da biodiversidade e da herança cultural do país.

### Parque Nacional de Ubajara

A Unidade de Conservação de Proteção Integral, Parque Nacional de Ubajara (Parna de Ubajara), está localizada no estado do Ceará (Figura 1), abrangendo parte dos municípios de Frecheirinha (6,64%), Ubajara (33,40%) e Tianguá (59,96%). O Parna de Ubajara foi estabelecido em 30 de abril de 1959, com uma extensão inicial de 4.000 hectares, conforme estipulado pelo Decreto Federal 45.954/1959 (ICMBio, 2024). Em 1973, sua área foi reduzida para 563 hectares por meio do Decreto n. 72.144. Posteriormente, houve outra modificação nos limites, ampliando a área para 6.288 hectares.

Figura 1 – Parque Nacional de Ubajara – CE



O Parque está situado no domínio morfoclimático da caatinga, um dos principais biomas do Brasil, notável por ser exclusivamente brasileiro, o que implica em um rico patrimônio biológico. Segundo a Embrapa (2024), a caatinga abrange uma extensão de 826.411 km<sup>2</sup>. Seu nome, de origem Tupi-Guarani, significa “mata branca”, uma denominação que descreve adequadamente o aspecto da vegetação durante a estação seca, quando as folhas caem e apenas os troncos brancos e brilhantes das árvores e arbustos pontuam a paisagem árida.

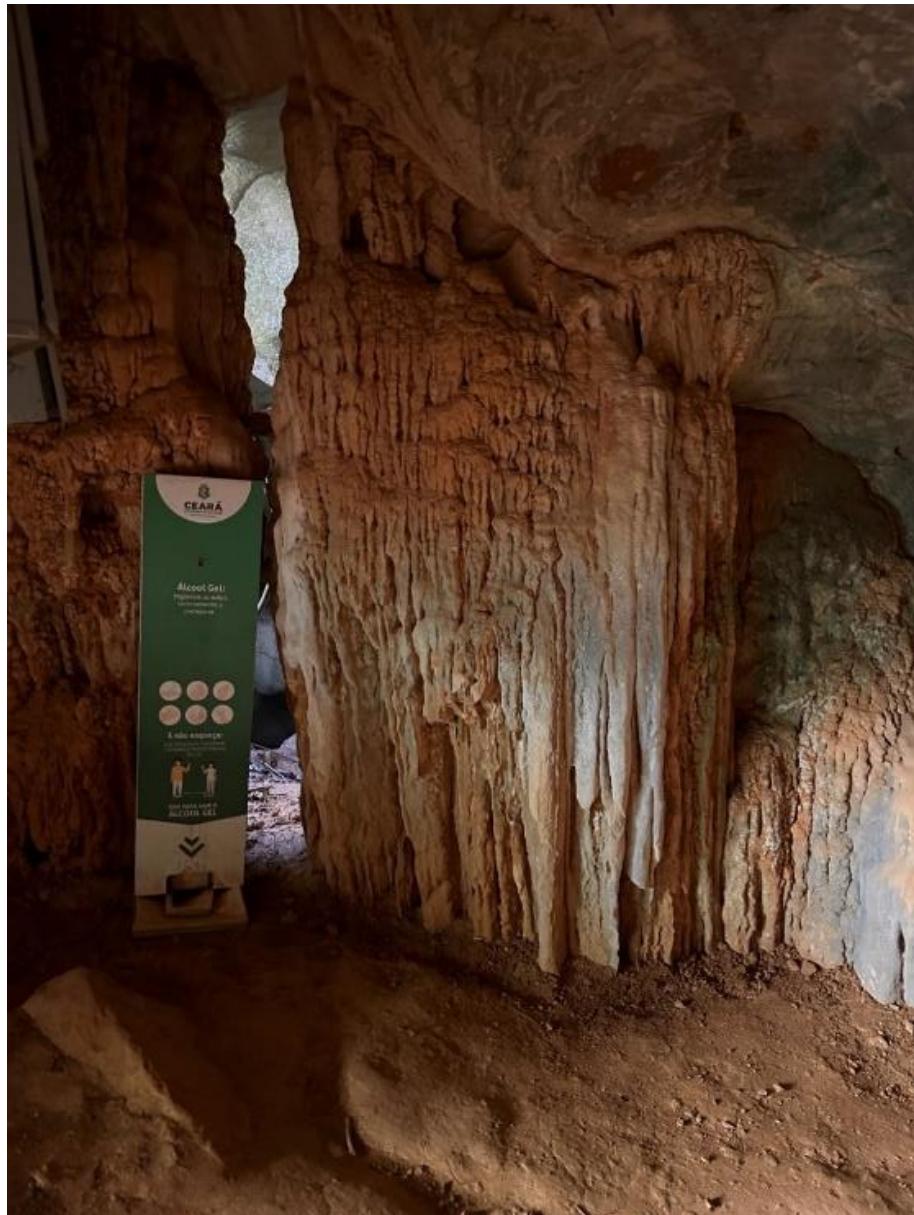
A vegetação da Caatinga pode ser descrita como uma forma de floresta de porte baixo, caracterizada por árvores com ramificações profusas e uma estrutura em forma de pirâmide invertida (Embrapa, 2024). A diversidade da flora na Caatinga é influenciada por uma série de fatores, incluindo o volume de chuvas, os tipos de solo, a presença de corpos d'água e a intervenção humana. Essa variedade de condições contribui para uma composição florística não uniforme, dificultando sua classificação. A fauna da Caatinga é notável pela sua diversidade e pela presença de espécies endêmicas. Assim como as plantas, os animais adaptaram-se às condições únicas da região, desenvolvendo hábitos noturnos, comportamento migratório e processos fisiológicos como a estivação, uma espécie de “hibernação” adaptada aos ambientes quentes (Embrapa, 2024).

No Bioma do semiárido são encontradas algumas classes de solos, entre eles: Cambissolos, Vertissolos, Planossolos, Luvissolos, Argissolos, Latossolos e Neossolos. Vale ressaltar que a compreensão dos tipos de solos visa a dar subsídios para a utilização sustentável de cada tipo de solo, compreendendo suas fragilidades ambientais para que possa ser utilizado de forma mais adequada.

A paisagem no Parque Nacional de Ubajara (Parna de Ubajara) é composta por um mosaico natural de grande relevância, conforme destacam Silva e Ferreira (2009) e o ICMBio (2024). Situada na Serra da Ibiapaba, essa região é de extrema importância para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica. O parque é caracterizado por seus impressionantes paredões areníticos, cânions, mirantes, além de morros calcários e escarpas.

A riqueza paisagística do Parque Nacional de Ubajara é um dos recursos fundamentais para desenvolver o ecoturismo na região. Entre os principais atrativos estão os ambientes cársticos, que incluem um complexo de cavernas, sendo a Gruta de Ubajara (Foto 1) a única aberta à visitação pública, como apontado no Plano de Manejo (2022). Essa gruta representa uma forma cárstica endocárstica, caracterizada por estruturas subterrâneas, como cavernas e seus espeleotemas, elementos centrais para o estudo da espeleologia (Carvalho Junior *et al.*, 2008, p. 193).

Foto 1 – Gruta de Ubajara



Fonte: Aguiar Junior e Barros, 2024.

Vale ressaltar que a caverna de Ubajara está entre as cavernas destinadas à atividade turística no Brasil, como apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição estimada das cavernas turísticas em unidades de conservação brasileiras

Estado	Cavernas turísticas	Unidades de Conservação (exemplo)
SP	32	Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira,
MG	51	Parque Nacional do Peruaçu
BA	15	Parque Nacional da Chapada Diamantina
PR/SC	10	P.E Campinhos. P.E Vila Velha
MS/MT	10	P.N. da Serra da Bodoquena, P.N. Chapada dos Guimarães
GO	7	Parque Estadual Terra Ronca
CE	1	Parque Nacional Ubajara

Fonte: adaptado de Lino (1989), Figueiredo (1998), Labegalini (2003a, 2003b), Lobo, Perinotto e Boggiani (2008), Figueiredo, Rasteiro e Rodrigues (2003), São Paulo (2010) e Aguiar (2023).

Em relação ao clima da região, especificamente na Serra da Ibiapaba, onde está localizado o Parna, “a temperatura média anual varia de 20 e 22º na Serra da Ibiapaba e em torno de 24 a 26º na depressão periférica. Junho e julho são geralmente os meses de temperatura mais amena. Os meses de outubro e novembro destacam-se como os mais quentes do ano” (ICMBio, 2024). Por estar localizado “na vertente leste da Serra da Ibiapaba [...] encontra-se do topo da encosta até a planície sertaneja, com níveis de altitude entre 900 e 386 metros” (Plano de Manejo, 2023, p. 12).

O cenário paisagístico do domínio morfoclimático em que está inserido o Parque Nacional de Ubajara proporciona recursos e valores essenciais para atrair um segmento específico do turismo: o ecoturismo. Essa forma de turismo não apenas gera renda para a população local, mas também fortalece a conservação ambiental do Parna. Isso ocorre porque os elementos naturais, pouco afetados pela intervenção humana, são o principal atrativo para os ecoturistas.

## **Discussões e Resultados**

O Parque Nacional de Ubajara não é exceção quando se trata de conflitos fundiários. Problemas relacionados à desapropriação de suas terras foram identificados por Lourenço (2016), que destaca que muitas famílias não foram consultadas sobre a criação da unidade de conservação. Essa abordagem reforça a percepção de que a comunidade local está sendo excluída das decisões relacionadas ao seu próprio espaço de convivência. Para Lourenço (2016 *apud* Araújo, 2004), “os aspectos negativos do processo de regularização fundiária a partir da política de indenização produziu o abandono ‘forçado’ da região, provocando mudanças nas condições de moradia, na favelização no distrito de Araticum e da sede Ubajara”.

Destaca-se que a exclusão da população local, cujas atividades de subsistência não se alinham com o futuro cenário do território, leva suas práticas de sobrevivência a serem consideradas como crimes ambientais. No entanto, é importante ressaltar que não foi concedida às famílias a oportunidade de adaptação e integração no processo de gestão do Parna. Pode-se observar que práticas ilegais, como a extração de madeira do Parque Nacional de Ubajara para a produção de carvão, representam uma das atividades mais predatórias ali realizadas. Essa prática ilegal é considerada um dos principais pontos de conflito com a população local (Lourenço, 2016), o que dificulta o relacionamento entre a gestão e os moradores. No entanto, deve-se lembrar que esse conflito tem origem na exclusão da população local durante o processo de idealização do Parque Nacional de Ubajara.

A forma como as Unidades de Conservação (UCs) foram concebidas ao longo dos anos gerou problemas como o mencionado. Souza (2019) aponta para a incompreensão por parte dos agentes responsáveis pela tomada de medidas para mitigar problemas ambientais. Focar apenas na conservação da unidade, ou seja, em um recorte espacial específico, não favorece a sua conservação ambiental, uma vez que os problemas que afetam as unidades de conservação também estão nas áreas adjacentes às UCs. Lourenço (2016, p. 83) destaca outros elementos que contribuem para o enfraquecimento das ações realizadas no Parna, tais como:

- a) poluição dos recursos hídricos com contaminação de nascentes, visto que elas estão fora do Parna Ubajara, decorrente da ausência de esgoto, com depósito de lixo a céu aberto sem nenhum tratamento, nas áreas urbanas de Ubajara e sede do distrito de Araticum;
- b) destruição de áreas de preservação permanente e matas ciliares do Rio Ubajara, importante afluente da bacia do Coreaú;
- c) uso de agrotóxicos sem controle ambiental na produção de hortaliças e fruticulturas nas áreas produtivas da Ibiapaba, potencial causador de contaminação de mananciais superficiais e subterrâneo em decorrência do modelo agrícola desenvolvido na Ibiapaba na produção de frutas e hortaliças (Lourenço, 2016, p. 83).

Os desafios enfrentados na criação de uma unidade de conservação frequentemente geram tensões com os residentes. À medida que a população se integra às atividades produtivas do parque ao longo do tempo essas tensões tendem a diminuir. No entanto, o sentimento de deslocamento ainda persiste entre os moradores. Lourenço e Caracristi (2016) destacam a natureza conflituosa dessa relação. Em tentativas de entrevistas, os residentes muitas vezes recusam-se a participar com medo de represálias por expressarem suas opiniões. Contudo, “os moradores mais esclarecidos apresentam uma versão da importância do Parque, como sendo potencializador do turismo” (Lourenço *et al.*, 2016, p. 128).

A relação entre a população local e a falta de regulamentação fundiária continua a ser uma fonte de conflito, como destacado por Diegues (2008), Junior Castro *et al.* (2012) e Bensusan (2018). Além disso, Cunha e Araújo (2014) apontam que o índice de efetividade na gestão do Parque é frequentemente considerado insatisfatório. Entre os diversos aspectos analisados, a atividade turística também foi identificada como crítica, com um nível de preocupação médio de 44,4%. O avanço da monocultura, pecuária e mineração sobre as Unidades de Conservação agrava ainda mais os problemas previamente identificados por Lourenço (2016).

Diante de tantos desafios, há um esforço notável no que diz respeito à ação preventiva nas unidades de conservação (UCs), exemplificado pelo investimento na vigilância patrimonial, que inclui a construção de guaritas para monitorar a entrada de pessoas nos parques. É fundamental destacar a importância desse monitoramento, pois não apenas impede a entrada de pessoas não autorizadas, mas também auxilia na contagem do número de turistas que visitam o parque em determinados períodos, possibilitando uma estimativa do valor gerado pela atividade ecoturística. Um exemplo concreto desse investimento é o valor gasto com vigilância patrimonial ostensiva, que “aumentou quase 80 vezes entre 2008 e 2014; em 2008 apenas duas UC haviam acionado esta rubrica disponibilizada para tal, em 2014 foram 15 UCs; cerca de 40% dos gastos com vigilância foram nos Parnas Ubajara e da Serra da Capivara”<sup>1</sup> (Eco, 2017).

---

<sup>1</sup> As unidades de conservação federais da Caatinga recebem pouco dinheiro, de forma muito inconstante entre anos e desigual entre áreas, existem “primas ricas” e “primas pobres”, tamanho não importa, e o recurso que recebem não é gasto com a conservação da biodiversidade propriamente dita. Essas são as perturbantes conclusões de um estudo nosso recém-publicado, cujo orçamento de 2008 a 2014, de 20 unidades de conservação federais que cobrem 2,35 milhões de hectares da Caatinga, foi analisado em detalhes. *Caatinga: a penúria financeira das unidades de conservação federais*, disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/179102>. Acesso em: 31 maio 2024.

Foto 2 – Guaritas Parna de Ubajara



A) Foto da entrada principal do Parna; e B) Guarita de Vigilância e apoio aos turistas.  
Fotos: Aguiar Junior e Barros (2024).

Apesar das preocupações levantadas por Cunha e Araújo (2014) sobre o impacto do turismo, é crucial destacar que as atividades turísticas no Parque Nacional de Ubajara se enquadram no segmento de baixo impacto, o ecoturismo. Em relação à efetividade do desenvolvimento desse segmento, pode-se inferir que as iniciativas no Parna de Ubajara estão alinhadas aos objetivos das Unidades de Conservação de Proteção Integral e aos princípios teóricos do Ecoturismo. Há uma clara preocupação em ocupar o espaço de maneira a não comprometer os valores fundamentais associados à atividade ecoturística, conforme delineado no Plano de Manejo (2023).

Os desafios que envolvem e afetam o Parna, destacando sua abrangência nacional, conforme indicado por RAD (2022), estão sendo abordados com a implementação de medidas mais rigorosas, como a aplicação de multas e um monitoramento mais eficaz. Localmente, uma estratégia importante para envolver a comunidade é sua participação ativa na gestão do parque. Isso é evidenciado pelo engajamento dos guias de turismo, oriundos dos municípios circunvizinhos ao Parque, que acompanham os visitantes em trilhas e explorações de cavernas, gerando uma fonte de renda para os moradores locais. Essa colaboração ocorre em estreita cooperação com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Coopturubajara (Cooperativa de Guias). Os pontos turísticos estão claramente sinalizados (Foto 3) e descritos no abrangente Plano de Manejo (2023), onde se destacam as diversas trilhas, algumas das quais serão apresentadas a seguir.

Foto 3 – Sinalização no Parna.



Fonte: Aguiar Junior e Barros (2024).

Com o desafio de se consolidar como uma das opções para atividade ecoturística na região, o Parna de Ubajara investe na infraestrutura, possui um espaço devidamente organizado e sinalizado, bem como promove a inserção da comunidade local para atividades ligadas ao ecoturismo, como o caso de exemplo da Cooperativa de Guias – Parque Nacional de Ubajara – Serra da Ibiapaba – Coopturubajara.

Entretanto, um dos atrativos do Parna que tem despertado interesse é o bondinho (Foto 4), que atualmente enfrenta uma demanda considerável. Atualmente, apenas 400 ingressos são disponibilizados para utilizar o bondinho e acessar a caverna aberta ao turismo. A necessidade de melhoria está relacionada à forma como esses ingressos são disponibilizados, e não à infraestrutura do próprio bondinho, que passou recentemente por uma reforma.

Os ingressos são disponibilizados por ordem de chegada, o que significa que aqueles que chegam primeiro têm acesso aos ingressos. Conforme informado pela responsável pela distribuição dos ingressos, devido à alta demanda, estes podem se esgotar até as 10h da manhã.

Foto 4 – Sinalização no Parna.



108



Fonte: Aguiar Junior e Barros (2024).

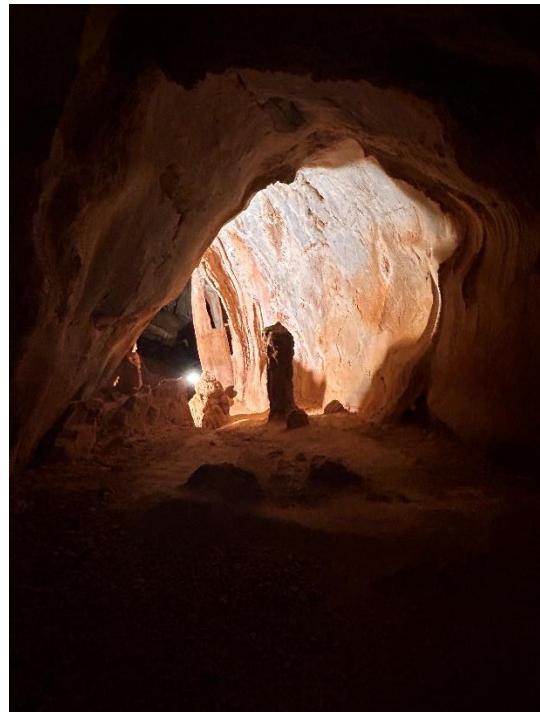
A grande demanda pelo bondinho, que proporciona acesso à única caverna aberta à visitação, resulta frequentemente no esgotamento precoce dos ingressos, como já mencionado. A ausência de disponibilidade *online* para os ingressos faz com que os turistas provenientes de municípios um pouco mais distantes corram o risco de não conseguir adquiri-los, o que pode comprometer seus planos de visitação e resultar em uma grande frustração. Essa experiência aquém das expectativas pode impactar negativamente a imagem da gestão da unidade de conservação (UC).

Ademais, diante dos recursos e valores fundamentais (RVF) estabelecidos pelo Plano de Manejo (2023), a Gruta de Ubajara (Foto 5) também pode sofrer impactos negativos oriundos caso haja o aumento dos visitantes à caverna. Dessa forma, o desafio é organizar a distribuição dos ingressos, e não os aumentar.

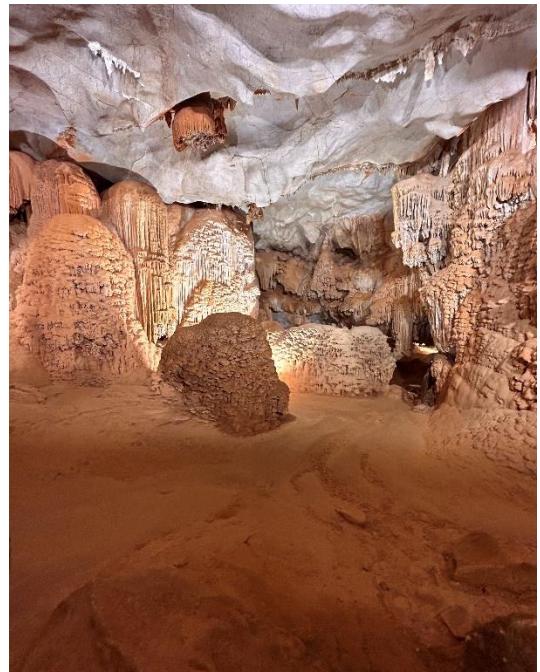
A necessidade de proporcionar espaços como as unidades de conservação, alinhada ao ideário da atividade ecoturística, está presente não somente nos desejos locais, regionais e nacionais, mas também globais. Isso é destacado na Agenda 21, formulada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), que incentiva o desenvolvimento de cidades médias ao “promover a formulação de programas de turismo ambientalmente saudáveis e culturalmente sensíveis como estratégia para o desenvolvimento sustentável”. Além disso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especificamente os objetivos 8 e 15, apelam para a promoção do crescimento sustentável e para a proteção e recuperação da biodiversidade, convergindo com os propósitos das unidades de conservação e da atividade ecoturística.

Embora ainda haja um longo caminho a ser percorrido na contenção da degradação ambiental, especialmente com o avanço sobre as unidades de conservação, bem como os conflitos fundiários e a exploração ilegal de recursos naturais nessas áreas, houve um progresso considerável no desenvolvimento desses espaços. Um exemplo disso é a Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Nacional de Ubajara (CE). Nessa UC, podem-se observar elementos que dialogam com as teorias da atividade ecoturística: conservação ambiental, educação ambiental e geração de renda para a população local. O cenário paisagístico de Ubajara contribui para que o parque ocupe a 25<sup>a</sup> posição em número de visitações em um *ranking* de 137 unidades de conservação federais, conforme apontado por Souza e Simões (2019).

Foto 5 – Gruta de Ubajara



110



Fonte: Aguiar Junior e Barros (2024).

Diante dessa discussão, pode-se concluir que os desafios são grandes. No entanto, a criação de unidades de conservação se mostra uma solução eficaz para conter os avanços do desmatamento sobre os diversos biomas brasileiros, bem como para gerar renda com base na conservação, conforme proposto pela Agenda 21. Nesse contexto, o Parque Nacional de Ubajara é um exemplo concreto de exploração sustentável do ambiente natural, embora ainda haja pontos a serem aprimorados.

## Referências

- ALMEIDA, Fabiana Pureza de. Histórico de criação das categorias de Unidade de Conservação no Brasil. 2014. 247 f. Dissertation (Ecology) - School of Environmental Conservation and Sustainability - IPÊ, Nazaré Paulista, 2014.
- ARANHA, Raphael de Carvalho; GUERRA, Antônio José Teixeira (org.). Geografia aplicada ao turismo. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.
- BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo 5. ed. São Paulo: Ed. Senac, 2001.
- BENSUSAN, N. Conservação da biodiversidade em áreas protegidas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BRASIL. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2000]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm). Acesso em: 13 set. 2024.
- CAATINGA: a penúria financeira das unidades de conservação federais. Unidades de conservação no Brasil, s/d. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/179102>. Acesso em: 13 set. 2024.
- CASTRO JÚNIOR, Evaristo de; COUTINHO, Bruno Henriques; FREITAS, Leonardo Esteves. Gestão da Biodiversidade e Áreas Protegidas. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; NUNES, Maria Célia. (org.). Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas. São Paulo: Contexto, 2003. p. 47-58., 2003.
- CUNHA, Bartolomeu Bueno; ARAÚJO, Rogério César Pereira. Avaliação das Pressões e Ameaças Ambientais sobre o Parque Nacional de Ubajara-Ceará: Uma perspectiva da Efetividade de Gestão. REDE - Revista Eletrônica do Prodema, v.8, n.1, p. 46-66, abr. 2014, Fortaleza, Brasil. Disponível em [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14877/1/2014\\_art\\_bbculha.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14877/1/2014_art_bbculha.pdf). Acesso em: 15 set. 2024
- DIEGUES, Antônio Carlos S. O mito moderno da natureza intocada São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.
- EMBRATUR – Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur). Recorde histórico: turismo internacional injeta R\$ 34,5 bilhões na economia brasileira em 2023. Agência.gov, 5 fev. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/recorde-historico-turismo-internacional-injeta-r-34-5-bilhoes-na-economia-brasileira-em-2023>. Acesso em: 13 set. 2024.
- FURLAN, Sueli Ângelo. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). Ecoturismo no Brasil. São Paulo: Contexto, 2003. p. 47-58., 2003.
- ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de Manejo do Parque Nacional de Ubajara. 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/caatinga/lista-de-ucs/parna-de-ubajara/arquivos/plano\\_manejo\\_pn\\_ubajara\\_versao\\_final.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/caatinga/lista-de-ucs/parna-de-ubajara/arquivos/plano_manejo_pn_ubajara_versao_final.pdf). Acesso em: 13 set. 2024.
- KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Ed Aleph, 2001.
- LOURENÇO, Daniel Braga. Qual o valor da natureza? Uma introdução à ética ambiental. São Paulo: Elefante, 2019.

LOURENÇO, Benedito Francisco Moreira. Uso dos recursos naturais: desafios das populações do entorno do Parque Nacional de Ubajara (CE). REGNE – Revista de Geociências do Nordeste, v. 2, número especial, p. 1279-1288, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/10594>. Acesso em: 13 set. 2024.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil. Ambiente & Sociedade – Vol. IX nº. 1 jan./jun. 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/asoc/a/C4CWbLfTKrTPGzcN68d6N5v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso 10 set. 2024

112

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Nações Unidas Brasil, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> acessado em 31/05/2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Turismo global deve retomar nível pré-pandemia em 2024. Nações Unidas Brasil, 22 jan. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/258446-turismo-global-deve-retomar-nivel-pre-pandemia-em-2024>. Acesso em: 13 set. 2024.

NEIL, John; WEARING, Stephen. Ecoturismo:impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri: Editora Manole, 2001

RODRIGUES, Adyr Balastreri. Ecoturismo no Brasil. São Paulo: Contexto, 2003.

PUREZA, Fabiana; PELLIN, Angela; PADUA, Claudio. Unidades de conservação. 1. ed. São Paulo: Matrix, 2015.

SILVA, Marconi Souza; FERREIRA, Rodrigo Lopes. Caracterização ecológica de algumas cavernas do Parque Nacional de Ubajara (Cerará) com considerações sobre o turismo nestas cavidades. Revista de Biologia e Ciencias da Terra, vol. 9, núm. 1, 2009, pp. 59-71, Universidade Estadual da Paraíba Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=50016921006>. Acesso em 20 set. 2024

SOUZA, Marcelo Lopes de. Ambientes e território: uma introdução à ecologia política. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SOUZA, Thiago do Val Simardi Beraldo; SIMÕES, Helenne Barbosa. Contribuições do turismo em unidades de conservação federais para a economia brasileira – Efeitos dos gastos dos visitantes em 2018: Sumário Executivo. Brasília: ICMBio, 2019.

SWARBROOKE, John. Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000.

Recebido para publicação em setembro de 2024.

Aprovado para publicação em novembro de 2025.